

Procedimento Seletivo de Estagiários Remunerados nº 325/2019, do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Data: 23/05/2019

Nome: _____

Instruções:

- 1) A prova terá a duração de quatro horas, o que inclui o preenchimento do gabarito.
- 2) Cada questão objetiva tem quatro alternativas, identificadas pelas letras **a, b, c e d**, das quais apenas uma será a resposta correta.
- 3) Preencha o cartão de respostas corretamente, com caneta preta ou azul. Serão absolutamente desconsideradas (e, portanto, marcadas como incorretas) questões rasuradas, com mais de uma alternativa marcada ou escritas a lápis.
- 4) No cartão de resposta, não é necessário pintar todo o espaço dedicado ao preenchimento da resposta, bastando marcá-lo com um "X", cuidando para que não invada o espaço destinado para a resposta das demais questões (posto que poderá causar a invalidação de tais respostas).
- 5) O cartão de respostas da prova objetiva deverá ser preenchido com o nome e número de inscrição do candidato. Já o cartão de respostas da prova subjetiva deverá ser preenchido **apenas** com o número de inscrição do candidato, de maneira a manter a prova não identificada. **Se você não souber o seu número de inscrição, o fiscal o informará a você no momento em que você terminar a prova e for entregá-la.** Escreva o número por meio de algarismos e por extenso, para evitar problemas de identificação.
- 5) Durante a realização da prova, é expressamente proibida qualquer comunicação entre os candidatos, entre o candidato e qualquer pessoa que não esteja prestando a prova e não seja fiscal, além do uso de calculadoras, telefones celulares, qualquer outro aparelho eletrônico, e a consulta em livros ou similares. **Não coloque seu celular em modo avião ou no modo silencioso. Desligue-o e, preferencialmente, retire a bateria (se isso for possível).** Se ele tocar, vibrar ou for visto ligado, sua prova será integralmente anulada. Não haverá advertência prévia e não serão concedidas segundas chances.
- 6) Para falar com os fiscais ou solicitar ida ao banheiro, levante a mão e aguarde que o fiscal se dirija até você.



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

PODER JUDICIÁRIO
FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ
ESTADO DO PARANÁ
GABINETE DA JUÍZA DE DIREITO SUBSTITUTA ROBERTA CARMEN SCRAMIM DE FREITAS

- 7) Os três últimos candidatos somente poderão se retirar da sala simultaneamente.
- 8) Os fiscais não estão autorizados a alterar a redação de qualquer questão. Se verificado erro, isso será comunicado após a aplicação da prova. Eventual questão errada será anulada, sendo considerada correta para todos os candidatos.
- 9) Os fiscais não estão autorizados a tirar qualquer dúvida dos candidatos. Todas as instruções necessárias para a realização da prova estão contidas nesse caderno.
- 10) O candidato deverá entregar o caderno de perguntas ao fiscal junto com o caderno de respostas. É proibida a saída do local de aplicação de provas acompanhado do respectivo caderno, durante o período de aplicação, sendo que o descumprido resultará na exclusão do candidato do certame.
- 11) A retirada do caderno de perguntas deverá ser realizada nos dois dias úteis posteriores à realização da prova, no gabinete da Dra. Roberta Carmen Scramim de Freitas (Av. Pedro Taques, 294, 1ª Sobreloja, Torre Norte, Maringá/PR). Ao final da prova, há espaço autorizando a retirada da prova por terceiro, do qual deverá ser declinado o nome completo. A retirada será realizada mediante a apresentação de documento oficial de identificação.

Prova escrita – Caderno de perguntas

Parte objetiva

Questão 1. Com referência ao litisconsórcio e à intervenção de terceiros, assinale a opção correta.

- a) No incidente de desconsideração da personalidade jurídica, estará sempre presente interesse público que torne obrigatória a intervenção do MP como fiscal da ordem jurídica.
- b) O magistrado deve indeferir o requerimento de ingresso de amicus curiae em processo que esteja em primeira instância, porque essa hipótese de intervenção de terceiro somente pode ocorrer em causa que tramite no tribunal.
- c) Na hipótese de desmembramento do litisconsórcio multitudinário, a interrupção da prescrição deve retroagir à data de propositura da demanda original, inclusive para os autores que forem compor um novo processo.
- d) A sentença de mérito, quando proferida sem a integração do contraditório pelo litisconsorte necessário, será nula de pleno direito, não importando que o litisconsórcio seja simples ou unitário.

Questão 2. Na vigência do Novo Código de Processo Civil, instituído pela Lei nº 13.105/2015, Gabriel propõe ação de produção antecipada de prova pericial em face da Construtora Macondo S/A. Alega, basicamente, em petição inicial, que preenche os requisitos legais e que a prova, caso produzida, terá o condão

de viabilizar a autocomposição das partes. Nesse caso, é correto afirmar que a produção:

- a) deverá ser indeferida, uma vez que a justificativa de Gabriel não demonstra perigo de que venha a se tornar impossível a verificação dos fatos.
- b) deverá ser indeferida, uma vez que a medida judicial em questão só pode ser utilizada para produção de prova oral.
- c) deverá ser deferida, e, caso Gabriel queira propor ação indenizatória posteriormente, o juízo da ação de produção antecipada já estará prevento para julgar a nova ação.
- d) deverá ser deferida, e, havendo caráter contencioso, deverá o juiz determinar, inclusive de ofício, a citação de interessados na produção da prova.

Questão 3. Acerca da jurisdição e dos princípios informativos do processo civil, assinale a opção correta.

- a) No âmbito do processo civil, admite-se a renúncia, expressa ou tácita, do direito atribuído à parte de participar do contraditório.
- b) A jurisdição voluntária se apresenta predominantemente como ato substitutivo da vontade das partes.
- c) A carta precatória constitui exceção ao princípio da indeclinabilidade da jurisdição.

d) O princípio da adstrição atribui à parte o poder de iniciativa para instaurar o processo civil.

Questão 4. No cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de fazer ou não fazer, para a efetivação da tutela específica, o juiz poderá,

a) de ofício ou a requerimento, impor multa, em decisão passível de cumprimento provisório, permitindo-se o levantamento do valor após o trânsito em julgado da sentença favorável à parte.

b) desde que a requerimento da parte, determinar busca e apreensão de pessoas e coisas, cujo mandado será cumprido por um oficial de justiça.

c) de ofício ou a requerimento, impor multa, em decisão passível de cumprimento provisório, permitindo-se o levantamento imediato do valor, independentemente do trânsito em julgado da sentença favorável à parte.

d) desde que a requerimento, impor multa, em decisão passível de cumprimento provisório, permitindo-se o levantamento imediato do valor, independentemente do trânsito em julgado da sentença favorável à parte.

Questão 5 Assinale a alternativa INCORRETA sobre o tema das ações possessórias, segundo disposto no Código de Processo Civil.

a) Na pendência de ação possessória é vedado, tanto ao autor quanto ao réu, propor ação de reconhecimento do domínio, exceto se a pretensão for deduzida em face de terceira pessoa.

b) A propositura de uma ação possessória em vez de outra não obstará a que o juiz conheça do pedido e outorgue a proteção legal correspondente àquela cujos pressupostos estejam provados.

c) O possuidor direto ou indireto que tenha justo receio de ser molestado na posse poderá requerer ao juiz que o segure da turbação ou esbulho iminente, mediante mandado proibitório em que se comine ao réu determinada pena pecuniária caso transgrida o preceito.

d) Se o réu provar, em qualquer tempo, que o autor provisoriamente mantido ou reintegrado na posse carece de idoneidade financeira para, no caso de sucumbência, responder por perdas e danos, o juiz designar-lhe-á o prazo de 15 (quinze) dias para requerer caução, real ou fidejussória, sob pena de ser depositada a coisa litigiosa, ressalvada a impossibilidade da parte economicamente hipossuficiente.

Questão 6. Acerca do sistema executivo, é CORRETO afirmar:

a) Após a expedição da carta de arrematação ou da ordem de entrega, a invalidação da arrematação poderá ser pleiteada pelos embargos do devedor de segunda fase.

b) Os embargos de terceiro podem ser opostos no cumprimento de sentença ou no processo de execução, até 5 (cinco) dias depois da adjudicação, da alienação por iniciativa particular, da arrematação ou de declaração de fraude à execução.

c) A decisão judicial ainda não transitada em julgado poderá ser levada a protesto, nos termos da lei, depois de transcorrido o prazo para pagamento voluntário de 15 (quinze) dias.

d) Na execução e cumprimento da sentença de alimentos, verificada a conduta

procrastinatória do devedor, o juiz deverá, se for o caso, dar ciência ao Ministério Público dos indícios da prática do crime de abandono material.

Questão 7. Acerca do direito das obrigações, assinale a opção correta.

- a) Na hipótese de pluralidade de devedores obrigados ao pagamento de objeto indivisível, presume-se a existência de solidariedade passiva, a qual, entretanto, é afastada na hipótese de conversão da obrigação em perdas e danos.
- b) Nas obrigações *in solidum*, todos os devedores, embora estejam ligados ao credor por liames distintos, são obrigados pela totalidade da dívida.
- c) Havendo pluralidade de credores e devedores, importa verificar se as obrigações são solidárias ou indivisíveis, já que, nas solidárias, poderá o devedor opor a todos os credores exceção pessoal que tenha contra apenas um deles, enquanto, nas indivisíveis, a exceção pessoal não se estende aos demais credores.
- d) Nas obrigações de dar coisa incerta, se for silente o contrato, terá o devedor a atuação na fase de concentração do débito, cabendo-lhe entregar ao credor a melhor coisa.

Questão 8. Rony, há 6 (seis) anos ininterruptos e sem oposição, possui como sua uma pequena casa de 90 m², em área urbana, onde reside com sua família. Não é proprietário de outro imóvel, urbano ou rural. Anteriormente à sua posse, a casa era ocupada por um amigo seu que se mudou para outro Estado, mas Rony não sabe a que título seu amigo ocupava o imóvel. Dois anos após a ocupação por Rony, foi averbada

na matrícula do imóvel uma certidão de distribuição de uma ação de execução em face do formal proprietário do bem. Rony não recebeu notícia da averbação realizada. Diante dessas circunstâncias, é correto afirmar que

- a) a averbação da certidão de distribuição da execução interrompeu o prazo para prescrição aquisitiva.
- b) não se operou a prescrição aquisitiva, por falta de lapso temporal suficiente.
- c) Rony não usucapiu o imóvel na medida em que a averbação da certidão de distribuição da execução implica na impossibilidade de usucapir por modalidade diversa da usucapião extraordinária.
- d) se operou a prescrição aquisitiva em favor de Rony, pela denominada usucapião especial urbana residencial individual.

Questão 9. Kleber, renomado médico ortopedista, atendeu Bruno em uma emergência médica decorrente de um abaloamento de veículos. Bruno chegou ao hospital com grave fratura em sua perna e foi submetido a uma cirurgia capitaneada pelo ortopedista. Em consequência da natureza e extensão da fratura, após o período de convalescença, constatou-se que Bruno teria sua mobilidade reduzida. Inconformado com sua condição, acreditando ter ocorrido erro médico, Bruno voltou ao hospital em fevereiro de 2009 e desferiu 2 disparos de arma de fogo contra Kleber, um em seu peito e outro em seu rosto. Kleber foi prontamente atendido e sobreviveu ao atentado, permanecendo até fevereiro de 2010 em convalescença, sem poder trabalhar neste período. Sua recuperação foi integral, mas restou com

grande e incômoda cicatriz em seu rosto. Em decorrência dos fatos, uma ação penal foi ajuizada em face de Bruno em março de 2011, sobrevindo definitiva sentença criminal condenatória em dezembro de 2012. Kleber relutou em buscar reparação pelos danos suportados, mas, em abril de 2015, ajuizou ação indenizatória em face de Bruno, que foi citado no mesmo mês. Sua pretensão consiste, em suma, nos cumulativos pedidos de reembolso das despesas com tratamento médico, de lucros cessantes, de danos morais e de dano estético. Nesse cenário, é correto afirmar que a pretensão de Kleber

- a) está integralmente prescrita.
- b) está prescrita em relação aos danos imateriais, mas não em relação aos danos materiais.
- c) não está prescrita, mas os danos estéticos são quantificados a título de danos morais, não comportando cumulação desses pedidos.
- d) não está prescrita e deverá englobar todos os pedidos formulados.

Questão 10. Assinale a opção correta acerca da transmissão das obrigações nos termos do Código Civil.

- a) Na assunção de dívida, o novo devedor pode opor ao credor as exceções, de qualquer natureza, que competiam ao devedor primitivo.
- b) A cessão de crédito tem plena e imediata eficácia em relação ao devedor, independentemente de este ter sido notificado da cessão feita ou ter dado ciência dessa cessão.

c) Na falta de previsão contrária, vige a regra pela qual o cedente do crédito responde pela solvência do devedor.

d) O silêncio do credor notificado da assunção de dívida deve ser interpretado como recusa, mas, na hipótese de assunção de débito garantido por hipoteca, o silêncio, decorrido o prazo de trinta dias, deve ser interpretado como anuência.

Questão 11. A vítima de um acidente automobilístico ajuizou, um ano após o fato, ação indenizatória contra o condutor, a quem o proprietário confiara o veículo, ocorrendo imediatamente a citação. Achando-se ainda o processo em curso, mas já passados quatro anos do acidente, a vítima propôs ação indenizatória contra o proprietário do automotor, que, na contestação, alegou inviabilidade do pedido, em razão da pretensão já deduzida contra o condutor, e prescrição. Nesse caso,

- a) o juiz deverá extinguir o processo, porque a propositura da ação contra um dos devedores importa renúncia do direito em relação ao outro.
- b) ambas as alegações do réu encontram respaldo na lei.
- c) nenhuma das alegações do réu deve ser acolhida.
- d) apenas a arguição de prescrição é acolhível.

Questão 12. João X, que se estabelecera em um terreno abandonado havia um (01) ano e nele construía um casebre, foi surpreendido com a citação para defender-se em ação de reintegração de posse, movida por José Y, que alegava e provava ter adquirido o imóvel,

conforme escritura de compra e venda devidamente registrada, três (03) anos atrás. A ação possessória deverá ser julgada

- a) procedente, mas João X deverá ser indenizado da construção, se possuidor de boa fé, mas sem direito de retenção.
- b) improcedente e José Y ficará impedido de ajuizar ação reivindicatória.
- c) procedente, porque o registro da escritura de compra e venda torna o negócio oponível a terceiros e, por isso, a posse de João X é injusta.
- d) improcedente, mas José Y não ficará inibido de ajuizar ação reivindicatória.

Questão 13. Comparando-se as garantias decorrentes da alienação fiduciária de bem imóvel e da hipoteca, pode-se afirmar que, na alienação fiduciária,

- a) o credor pode, uma vez consolidada a propriedade em seu nome, mantê-la em seu patrimônio, para quitação da dívida, sem necessidade de promover-lhe a alienação, enquanto na hipoteca é vedado o pacto comissório.
- b) o fiduciante transfere a propriedade resolúvel ao fiduciário, enquanto na hipoteca a propriedade não é transferida ao credor, mas apenas sujeita o imóvel por vínculo real ao cumprimento da obrigação, atribuindo ao credor título de preferência e direito de seqüela.
- c) o credor não pode, depois de consolidada a propriedade em seu nome, mantê-la em seu patrimônio para quitar a dívida, devendo promover-lhe o público leilão, enquanto na hipoteca, salvo disposição em contrário no contrato, o

credor pode ficar com o objeto da garantia, se a dívida não for paga no vencimento.

- d) não pode ser credora, titular dessa garantia, pessoa física, porque ela só é atribuível às entidades que operam no SFI, enquanto na hipoteca o credor pode ser qualquer pessoa física capaz ou pessoa jurídica.

Questão 14. Analise as assertivas abaixo e responda:

I – Quanto à responsabilidade por vício do produto e do serviço, o prazo máximo de 30 dias para que o vício seja sanado é passível de redução ou ampliação, por convenção das partes.

II – Quanto à responsabilidade pelo fato do produto e do serviço, o comerciante é objetiva e solidariamente responsável, nos casos em que o fabricante esteja identificado.

III - No caso de fornecimento de produtos in natura, será responsável perante o consumidor o fornecedor imediato, exceto quando identificado claramente seu produtor.

IV - Em se tratando de vícios de qualidade que diminuam o valor do serviço, sua reexecução poderá ser confiada a terceiros devidamente capacitados, por conta e risco do fornecedor.

- a) As assertivas I, II e III estão corretas;
- b) As assertivas II e IV estão incorretas;
- c) As assertivas I, III e IV estão corretas;
- d) Apenas as assertivas III e IV estão corretas.

Questão 15. Xavier adquiriu, em 20/9/2012, na casa de materiais de



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

PODER JUDICIÁRIO
FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ
ESTADO DO PARANÁ
GABINETE DA JUÍZA DE DIREITO SUBSTITUTA ROBERTA CARMEN SCRAMIM DE FREITAS

construção Materc Ltda., piso em cerâmica fabricado pela empresa Ceramic Ltda. A Materc Ltda. comprometeu-se a instalar na cozinha da residência de Xavier o material comprado e assim o fez, prevendo contratualmente trinta dias de garantia. Posteriormente, em 19/3/2013, o piso passou a apresentar rachaduras. Diante de tal situação, Xavier contatou, em 20/3/2013, os técnicos das empresas envolvidas, que, no mesmo dia, compareceram ao local. O representante da Materc Ltda. não reconheceu a má prestação do serviço; contudo, o preposto da fabricante atestou que os produtos adquiridos apresentavam vícios. Não obstante, este informou que, como já havia transcorrido o prazo da garantia oferecido pelo serviço, bem como o prazo de trinta dias previsto em lei, nada poderia ser feito. Inconformado com os produtos adquiridos, Xavier ingressou com ação de cobrança contra os fornecedores e requereu que estes, solidariamente, restituíssem a quantia paga. Nessa situação hipotética, conforme as disposições do CDC,

- a) o defeito descrito caracteriza a existência de fato do produto e, por isso, o prazo prescricional é de cinco anos.
- b) ao autor é assegurado o prazo prescricional de três anos previsto legalmente para a reparação civil, razão pela qual ainda não houve a perda da pretensão.
- c) a garantia contratual substituiu a garantia legal prevista para o caso em questão e, portanto, está prescrita a pretensão do autor.
- d) a relação jurídica estabelecida entre as partes é de consumo e, por se tratar de

vício oculto, o direito do autor de reclamar ainda não caducou.

Questão 16. Carlito da Silva ficou sem energia elétrica em sua residência por várias horas e acabou tendo prejuízo com perda de produtos de consumo doméstico que encontravam-se no freezer e geladeira da sua residência. Tendo acionando a concessionária, esta informou que não constava a existência de interrupção no fornecimento do serviço. Foi enviado um técnico e este constatou que a energia elétrica estava sendo regularmente fornecida. Inconformado, Carlito da Silva, sustentando que a concessionária estava omitindo a verdade, ingressou com ação judicial, calcado na legislação consumerista, pleiteando indenização por danos materiais e morais pelo período que ficou sem energia elétrica. Diante desses fatos, assinale a alternativa correta.

- a) Ainda que se aplique a inversão do ônus da prova, tal fato não exonera Carlito da Silva do ônus de apresentar alguma evidência do fato de que efetivamente houve a interrupção da prestação do serviço pela concessionária.
- b) Existindo relação de consumo entre Carlito da Silva e a concessionária de energia elétrica, diante da hipossuficiência técnica do consumidor, será possível a inversão do ônus da prova, que pode ser estabelecida e aplicada no momento da prolação da sentença.
- c) Se restar comprovada a interrupção no fornecimento, mas a concessionária alegar que houve força maior decorrente de descarga elétrica de raio que atingiu transformadores instalados no poste da rua,

perto da casa de Carlito da Silva, ocorrido por falha nos equipamentos para-raios, ficará isenta de responsabilização.

d) É possível a aplicação dos princípios facilitadores da defesa do consumidor em juízo, notadamente o da inversão do ônus da prova, incumbindo-a ao fornecedor, o que não impede que Carlito da Silva também produza provas dos fatos que alega, hipótese em que caberá à concessionária arcar com os custos dessa prova.

Questão 17. Considerando o disposto no Código Civil e no Código de Defesa do Consumidor, julgue os itens a seguir:

I. Ambos os diplomas legais estabelecem expressamente o princípio da boa-fé objetiva.

II. Ambos os diplomas possuem regra de interpretação de cláusula contratual.

III. A disciplina dos vícios redibitórios do Código Civil possui correspondência com a responsabilidade por vício do produto do Código de Defesa do Consumidor.

IV. Pode ser desconsiderada a pessoa jurídica em caso de abuso da personalidade jurídica, como, por exemplo, quando ela for, de alguma forma, obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados aos consumidores.

V. O Código de Defesa do Consumidor, ao contrário do Código Civil, não exige, para a revisão dos contratos que se prolongam no tempo, que a onerosidade excessiva do consumidor seja relacionada à vantagem pecuniária do fornecedor.

A partir do julgamento das afirmações anteriores, escolha a alternativa CORRETA:

a) Estão corretas somente as assertivas I e V.

b) Estão corretas somente as assertivas II e IV.

c) Estão corretas somente as assertivas III e V.

d) Estão corretas todas as assertivas.

Questão 18. Nos termos do art. 35 do CDC, se o fornecedor de produtos ou serviços recusar cumprimento à oferta, apresentação ou publicidade, o consumidor poderá, alternativamente e à sua livre escolha,

a) aceitar outro produto ou prestação de serviço equivalente.

b) exigir o cumprimento negociado da obrigação, nos termos da oferta, apresentação ou publicidade.

c) exigir a divulgação, pelo mesmo meio veiculado, da correção da oferta, apresentação ou publicidade.

d) modificar o contrato, com direito à restituição de quantia eventualmente antecipada, monetariamente atualizada, e a perdas e danos.

Questão 19. Verifique a exatidão dos seguintes conceitos à luz da lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor):

I- Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço para satisfazer suas necessidades.

II- Fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes

despersonalizados, que desenvolvem atividade de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços.

III- Produto é qualquer bem material, móvel ou imóvel.

IV- Serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração, de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária, inclusive as decorrentes das relações de caráter trabalhista.

Pode-se afirmar que:

- a) Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.
- c) Apenas a assertiva II está correta.
- d) Apenas as assertivas II e IV estão corretas.

Questão 20. A distribuição dinâmica das provas, instituto típico do processo coletivo, mostrou-se altamente eficaz ao longo do tempo, a ponto de ter sido encampada expressamente pelo Código de Processo Civil de 2015. Analise as proposições a seguir e assinale a que estiver INCORRETA:

- a) Tanto no novo Código de Processo Civil, quanto no Código de Defesa do Consumidor, a distribuição estática do ônus da prova é a regra, ao passo que a distribuição dinâmica é a exceção, já que somente é viável na presença dos requisitos estabelecidos em lei, e mediante decisão judicial fundamentada.
- b) Para fazer jus à inversão do ônus da prova, o consumidor que se alega vítima de

publicidade enganosa deve, alternativamente, demonstrar a verossimilhança da alegação ou hipossuficiência.

c) A hipossuficiência que pode dar ensejo à inversão do ônus da prova não é apenas a econômica, mas também a técnica, decorrente tanto da dificuldade de acesso do consumidor ao sistema produtivo, quanto do conhecimento do funcionamento do produto.

d) A verossimilhança, para efeito de inversão do ônus da prova, é menos que a probabilidade, a qual é a situação decorrente da preponderância dos motivos convergentes à aceitação de determinada proposição, sobre os motivos divergentes.

Parte discursiva

Questão 1. Discorra sobre os requisitos da tutela de urgências e as diferenças entre a tutela de urgência de natureza cautelar e a tutela de urgência de natureza antecipada.

Questão 2. O que é a distribuição do ônus da prova e qual sua relação com a prova diabólica?

Questão 3. Aponte quais os requisitos para a desconsideração para a personalidade jurídica e qual o procedimento a ser adotado quando da instauração do incidente processual.

Questão 4. Quais as características da alienação fiduciária?

Questão 5. Discorra sobre as teorias finalista/subjetiva e mista/híbrida, acerca do conceito de consumidor.

Autorizo que minha prova seja retirada por (nome completo): _____



PODER JUDICIÁRIO
FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ
ESTADO DO PARANÁ
GABINETE DA JUÍZA DE DIREITO SUBSTITUTA ROBERTA CARMEN SCRAMIM DE FREITAS

Caderno de respostas

Nome do candidato: _____

RG nº: _____

Número de inscrição: _____

	A	B	C	D
1				
2				
3				
4				
5				
6				
7				
8				
9				
10				
11				
12				
13				
14				
15				
16				
17				
18				
19				
20				

